

EXAME DE ORDEM /MG - 1ª ETAPA - 01/08/1999

PROVA OBJETIVA - MÚLTIPLA ESCOLHA

DIREITO CIVIL

- 01.** Perde-se a posse:
- a) pela prescrição bienal;
 - b) pela ausência do proprietário no local em que se acha a coisa;
 - c) pela hipoteca do bem;
 - d) pelo constituto possessório.
- 02.** É **sempre** sinalagmático o seguinte contrato:
- a) doação;
 - b) depósito gratuito;
 - c) permuta;
 - d) comodato.
- 03.** Havendo cônjuges comorientes, a ordem de sucessão é a seguinte:
- a) descendentes, ascendentes e colaterais;
 - b) descendentes, Estado e colaterais;
 - c) ascendentes, colaterais e descendentes;
 - d) ascendentes, descendentes e Estado.
- 04.** A prescrição interrompe-se, **exceto**:
- a) pelo protesto tirado pelo oficial do cartório próprio;
 - b) pela citação pessoal ao devedor;
 - c) por qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora;
 - d) por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- 05.** O marido não pode, sem o consentimento da mulher, **exceto**:
- a) no regime de separação, dar bem em hipoteca;
 - b) prestar fiança;
 - c) ajuizar ação reivindicatória;
 - d) firmar contrato de comodato de bem imóvel.
- 06.** A doação é revogável, **exceto**:

- a) se o donatário atentar contra a vida do doador;
- b) se o donatário difamar o doador;
- c) se onerosa a doação, por inexecução do encargo;
- d) se o donatário, podendo fazê-lo, deixou de prestar alimentos ao doador necessitado.

PROCESSO CIVIL

07. A denunciação da lide representa:

- a) uma ação declaratória incidental;
- b) uma ação regressiva antecipada;
- c) um tipo de reconvenção;
- d) uma ação de terceiro, nos mesmos autos, contra o réu ou contra o autor.

08. São representados em Juízo, **exceto**:

- a) a União, por seu procurador;
- b) o Estado, pelo Governador;
- c) o Município, por seu Prefeito ou procurador;
- d) a massa falida, pelo síndico.

09. Não faz coisa julgada material a sentença proferida:

- a) nas ações de estado;
- b) na ações declaratórias incidentais;
- c) tratando-se de relação jurídica continuativa;
- d) no processo cautelar, reconhecendo a prescrição ou a decadência.

10. Processam-se durante as férias forenses, **exceto**:

- a) a ação de despejo;
- b) a execução por título extrajudicial;
- c) a citação, a fim de evitar o perecimento de direito;
- d) as causas de alimentos provisionais.

11. Extingue-se o processo, sem julgamento de mérito, **exceto**:

- a) no caso de reconhecimento de decadência ou prescrição;
- b) quando o juiz indeferir a petição inicial;
- c) quando ocorrer ilegitimidade de parte;
- d) quando ocorrer ausência de interesse processual.

12. Observar-se-á o procedimento sumário, **exceto**:
- a) nas causas de arrendamento rural;
 - b) nas causas de ressarcimento de danos em acidente de veículos;
 - c) nas causas de eleição de cabecel;
 - d) nas causas de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.
13. É nula a execução, **exceto**:
- a) quando o devedor é absolutamente incapaz;
 - b) se o título executivo não for líquido, certo e exigível;
 - c) se o devedor não for regularmente citado;
 - d) se instaurada antes de se verificar a condição ou de ocorrido o termo.

DIREITO COMERCIAL

14. É correto afirmar, **exceto**:
- a) AGE - Assembléia Geral Extraordinária, é a reunião dos acionistas, convocada e instalada na forma da lei e dos estatutos, para deliberar sobre qualquer matéria de interesse social;
 - b) AGO - Assembléia Geral Ordinária, é a reunião dos acionistas para verificação dos resultados do exercício, para a discussão e votação dos relatórios de Diretoria e para a eleição do Conselho Fiscal;
 - c) cisão é a operação pela qual os acionistas dissolvem a cia., com alienação do patrimônio.
 - d) acionista é o sócio de uma S.A, ou de uma Comandita por Ações, ou seja, o titular de ações;
15. **É errado afirmar** que na sociedade por quotas de responsabilidade limitada:
- a) a maioria, mesmo havendo cláusula restritiva, pode alterar o contrato social;
 - b) a maioria pode excluir um sócio minoritário;
 - c) a maioria pode modificar o contrato social, sem a assinatura de sócio dissidente;
 - d) a maioria não pode transformar o objeto ou o tipo da sociedade.
16. **Não** são proibidos de comerciar:
- a) os corretores e leiloeiros;
 - b) os cónsules não remunerados;
 - c) os magistrados;
 - d) os médicos, para o exercício simultâneo da medicina e laboratório farmacêutico.

17. **É correto afirmar** que são títulos de crédito cambiariformes:

- a) cheque e a letra de câmbio;
- b) a nota promissória e o conhecimento de depósito;
- c) o cheque e a duplicata;
- d) a letra de câmbio e a cédula de crédito à exportação.

18. Fica caracterizada a falência, **exceto**:

- a) pela concessão de moratória;
- b) pela liquidação precipitada;
- c) pela utilização de meios ruinosos para realizar pagamentos;
- d) pela impontualidade.

19. **É correto afirmar, exceto**:

- a) a ação confere a qualidade de sócio;
- b) a ação pode, em tese, ser vendida, caucionada, cedida, dada em usufruto ou em alienação fiduciária;
- c) a ação é um título de crédito representativo de uma fração do capital social de uma S.A.;
- d) a ação ao portador é transferível mediante simples endosso no verso da cautela ou certificado.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

20. A co-autoria é impossível nos crimes:

- a) comissivos;
- b) próprios;
- c) de mão própria;
- d) culposos

21. Fala-se em autoria mediata quando:

- a) o agente realiza ação típica através de outrem que tem também interesse na consumação do delito;
- b) o criminoso pratica o crime mediante recompensa;
- c) aquele que matou alguém pode dizer ter agido com ânimo de autor apesar do crime haver beneficiado outrem;
- d) o sujeito realiza a atividade delituosa por intermédio de outrem que atua sem culpabilidade.

22. Nos crimes preterdolosos, o elemento subjetivo é caracterizado:
- a) pela culpa consciente;
 - b) pelo dolo eventual;
 - c) pelo dolo na conduta antecedente e pela culpa na conseqüente;
 - d) pelo caso fortuito.
23. O agente quis praticar a ação e obter o resultado, tendo pleno conhecimento da realidade e do processo causal. Por erro inevitável, porém, não tinha potencial consciência da ilicitude do seu comportamento. De acordo com a parte geral do Código Penal, ele agiu:
- a) com dolo e com culpabilidade;
 - b) sem dolo e com culpabilidade;
 - c) com dolo e sem culpabilidade;
 - d) nenhuma das opções acima.
24. Analise as **afirmações**:
- A- A inimputabilidade não é causa de exclusão de culpabilidade e sim de antijuridicidade.
 - B- O exercício regular de direito é causa de exclusão de antijuridicidade.
 - C- O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, exclui a culpabilidade.
- a) A e B estão corretas;
 - b) B e C estão corretas;
 - c) todas estão corretas;
 - d) A e C estão corretas.
25. São princípios que regem a aplicação da lei penal no espaço, **exceto**:
- a) princípio da territorialidade;
 - b) princípio da extraterritorialidade condicionada;
 - c) princípio da justiça penal universal;
 - d) princípio da uniformidade legislativa.
26. Aquele que mata o próprio filho supondo ser ladrão que invade sua casa, age:
- a) em erro de proibição inevitável, exclui a culpabilidade;
 - b) em erro de tipo essencial, exclui o dolo;
 - c) em erro de fato, legítima defesa putativa;
 - d) em erro acidental, exclui o dolo mas permite a punição a título de culpa.

27. Os crimes praticados por brasileiro no estrangeiro, sujeitam-se à lei:
- a) do país em que o ato foi praticado;
 - b) do país em que o ato produziu os seus efeitos;
 - c) brasileira, condicionada à ocorrência de certos requisitos;
 - d) brasileira, mediante aplicação do princípio da extraterritorialidade incondicionada.
28. São pressupostos processuais de existência da relação processual penal, **exceto**:
- a) demanda;
 - b) partes;
 - c) juiz competente;
 - d) jurisdição.
29. Na sessão de julgamento dos procedimentos da competência do Júri Popular, **somente** é possível acareações entre:
- a) testemunhas;
 - b) acusados;
 - c) testemunhas e acusado;
 - d) acusado e pessoa ofendida.
30. É facultado ao Assistente do Ministério Público, **exceto**:
- a) requerer perícia;
 - b) aditar a denúncia;
 - c) intervir nas audiências de oitiva de testemunhas;
 - d) requer acareação.
31. Tarcísio logra em pleito de habeas corpus anular a sentença por vício na fixação da pena:
- a) está anulada unicamente a parte do decisum que fixou a sanção, mantida a conclusão condenatória;
 - b) pelo princípio da ne reformatio in pejus indireta a nova sanção pode ser aplicada além do que se fixa na decisão anterior anulada;
 - c) não se concilia o habeas-corpus com a discussão sobre critério de fixação da pena;
 - d) o princípio da ne reformatio in pejus só condiz com anulação de sentenças condenatórias sujeitas ao crivo recursal por força de apelação (princípio da adequação recursal).

DIREITO DO TRABALHO

32. Assinalar a **afirmativa incorreta**:

- a) o recurso pode ser interposto por qualquer das partes, pelo Ministério Público e pelo terceiro prejudicado;
- b) os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso por qualquer das partes;
- c) se o autor desiste do recurso ordinário, fica prejudicado o recurso interposto adesivamente pela parte contrária;
- d) se a parte for intimada para comparecer à audiência e não atender ao chamamento judicial, o juiz poderá aplicar a pena de confissão ficta ao ausente.

33. Assinalar a **alternativa correta**:

Entende-se por jornada *in itinere*, segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho:

- a) o tempo gasto pelo empregado no percurso casa-trabalho e trabalho-casa, quando superior a 2 (duas) horas, cada um deles;
- b) o deslocamento do empregado que trabalha em serviço externo, quando superior a 8 (oito) horas diárias;
- c) o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local do trabalho de difícil acesso e não servido por transporte regular público, e para o seu retorno;
- d) o tempo despendido pelo empregado, até o local de trabalho de difícil acesso, desde que em condução fornecida pelo empregador inclusive o respectivo retorno.

34. Marcar a **alternativa correta**:

As cláusulas pactuadas nos contratos individuais de trabalho podem ser validamente alteradas:

- a) por mútuo consenso das partes;
- b) por acordo entre as partes, desde que não resultem prejuízos diretos para o empregado;
- c) por vontade do empregador, em qualquer caso, desde que não decorra imediato prejuízo ao obreiro;
- d) por mútuo consentimento, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado.

35. Assinalar a **alternativa correta**:

Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) a condenação criminal do empregado;
- b) a alegação de envolvimento do empregado em atos atentatórios à segurança nacional;
- c) a prática de jogo de azar, ainda que eventual;
- d) recusa ao uso de equipamento de proteção individual quando ordenado pelo empregador.

36. Assinalar a **alternativa verdadeira**:

A nulidade, no processo trabalhista, somente será declarada:

- a) quando resultar em manifesto prejuízo a uma das partes;
- b) quando provocada por qualquer das partes, antes do encerramento da instrução;
- c) de ofício, desde que fundada em competência de foro, ressalvado os atos decisórios;
- d) mediante provocação das partes e quando argüida à primeira vez que a parte por ela prejudicada tiver de falar em audiência ou nos autos.

37. Marque a **alternativa incorreta**:

No chamado inquérito judicial para a apuração de falta grave de empregado estável:

- a) a petição inicial será necessariamente oferecida por escrito;
- b) a petição inicial pode ser oferecida por escrito ou verbalmente, havendo, no último caso, sua redução a termo;
- c) cada parte poderá ouvir seis testemunhas;
- d) o pagamento das custas competirá à empresa, antes do julgamento da ação pela Junta ou Juízo de Direito.

38. Marque a resposta **certa**:

É competente para conciliar, instruir e julgar ação de cumprimento:

- a) o Tribunal Regional do Trabalho que julgou o dissídio coletivo correspondente;
- b) o Tribunal Superior do Trabalho que editou a sentença normativa objeto da ação de cumprimento;
- c) Junta de Conciliação e Julgamento ou Juízo de Direito;
- d) Seção Especializada em Dissídios Coletivos.

39. Marque a **alternativa correta**:

O Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, em execução de sentença, inadmitiu, de plano, embargos do devedor, ao fundamento de oferecimento intempestivo.

Qual o recurso adequado para hostilizar a decisão:

- a) Recurso Ordinário;
- b) Embargos de Declaração;
- c) Agravo de Instrumento;
- d) Agravo de Petição.

Direito constitucional e Administrativo

40. Relativamente à República Federativa do Brasil, é **correto afirmar** que:

- a) o pluralismo político, que se inclui entre os seus princípios constitucionais, consiste na possibilidade de um só partido adotar várias ideologias.
- b) são princípios que regem as suas relações internacionais: a independência nacional, a defesa da paz e a prevalência dos tratados internacionais.
- c) se incluem entre os seus objetivos fundamentais a erradicação da pobreza e da marginalização e a garantia do desenvolvimento nacional.
- d) todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, através do plebiscito, do veto popular e do referendo.

41. Assinale a opção **correta**:

- a) A defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria tanto nas questões administrativas como nas questões judiciais cabe ao sindicato.
- b) É vedada a distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo as hipóteses previamente definidas em lei federal.
- c) O militar alistável que contar mais de dez anos de serviço deverá afastar-se da atividade para tornar-se elegível.
- d) O sistema constitucional brasileiro institui o princípio da legalidade ao estabelecer que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”.

42. No tocante ao Poder Executivo da União, é **correto afirmar** que:
- a) em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, em qualquer época dos respectivos mandatos, convocar-se-ão eleições diretas, devendo os eleitos cumprir mandato de quatro anos.
 - b) está sujeito à perda do cargo o Presidente da República que se ausentar do País sem licença do Congresso Nacional.
 - c) o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, fica suspenso de suas funções a partir do recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
 - d) são atos de competência privativa do Presidente da República convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
43. Quanto ao processo legislativo federal, é **correto afirmar** que:
- a) a discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados.
 - b) a iniciativa das leis delegadas cabe a qualquer membro da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e ao Presidente da República.
 - c) a rejeição pelo Congresso Nacional de medida provisória produz efeitos ex nunc.
 - d) uma vez recebido pelo órgão legislativo competente, o veto oposto pelo Presidente da República será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.
44. A respeito do poder de emendar a Constituição da República, é **incorreto afirmar** que:
- a) a titularidade de sua provocação não é exclusiva do Poder Legislativo.
 - b) é sua limitação circunstancial a vigência de intervenção federal, de estado de defesa e de estado de sítio.
 - c) é sua limitação formal a tendência à abolição do voto direto, secreto, universal e periódico.
 - d) não pode ser exercido na mesma sessão legislativa em que a matéria objeto da nova proposta de emenda já tiver sido rejeitada.
45. A propósito dos Municípios, é **correto afirmar** que:
- a) a aprovação das contas do Prefeito depende do voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
 - b) a criação, organização e supressão de distritos deve observar o disposto na legislação estadual.
 - c) a intervenção do Estado em Município depende de decreto do Governador submetido à apreciação da Assembléia Legislativa.
 - d) o total da despesa com a remuneração do Prefeito e dos Vereadores não poderá

ultrapassar o montante de cinco por cento da receita municipal.

46. Sujeita-se ao princípio da prévia e justa indenização em dinheiro:
- a) a desapropriação, de competência da União Federal, de benfeitorias úteis e necessárias para fins de reforma agrária.
 - b) a desapropriação urbanística, de competência do Poder Público municipal, de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.
 - c) a expropriação, destinada ao assentamento de colonos, de gleba onde for localizada cultura ilegal de plantas psicotrópicas.
 - d) o uso da propriedade particular pela autoridade competente em caso de iminente perigo público.
47. Determina o princípio da adjudicação compulsória, aplicável à licitação pública, que:
- a) a adjudicação só pode ser feita ao vencedor do certame.
 - b) concluído o procedimento licitatório, a Administração Pública está obrigada a proceder à adjudicação.
 - c) o vencedor do procedimento licitatório está obrigado a aceitar a adjudicação.
 - d) tanto os licitantes quanto a Administração Pública estão estritamente vinculados ao instrumento convocatório.
48. O atributo dos bens públicos que impede sua aquisição por terceiros pela via de usucapião é a:
- a) afetação.
 - b) impenhorabilidade.
 - c) imprescritibilidade.
 - d) inalienabilidade.
49. Quanto ao poder de polícia administrativa, é **correto afirmar** que:
- a) é essencialmente repressivo.
 - b) não é dotado de auto-executoriedade.
 - c) está presente em qualquer esfera federativa.
 - d) está voltado para a coibição do ilícito penal.
50. São modificações introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1998, que contém a chamada reforma administrativa, **exceto**:

- a) a abolição do instituto da estabilidade do servidor público.
- b) a alteração do prazo do estágio probatório.
- c) a extensão da acessibilidade a cargos, empregos e funções públicas ao estrangeiro, na forma da lei.
- d) a extinção do direito de remuneração integral durante o período de disponibilidade do servidor.

DIREITO TRIBUTÁRIO

51. A Suspensão da exigibilidade do crédito tributário:
- a) em face do depósito do seu montante integral, elide a incidência de penalidade de caráter moratório;
 - b) concedida por moratória aproveita inclusive os casos de dolo, fraude e simulação praticados pelo sujeito passivo;
 - c) dispensa o cumprimento de obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso;
 - d) pode ser concedida mediante moratória, instituída em lei, por prazo indefinido;
52. Segundo Direito Tributário no Brasil:
- a) se um menor, absolutamente incapaz, é proprietário de um imóvel, surgirá para ele o dever de pagar o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana;
 - b) o adquirente de um imóvel não pode ser responsabilizado pelo pagamento dos tributos nascidos anteriormente à data de aquisição;
 - c) se um menor não pode realizar atos jurídicos, sem representação ou assistência de seu responsável legal, não pode ter o “dever” de pagar tributos;
 - d) Para livrar-se da obrigação de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano, basta a um pai adquirir imóveis em nome de seu filho menor.
53. Em casos onde o crédito fiscal é suspenso:
- a) fica o sujeito dispensado de cumprir as obrigações tributárias;
 - b) não fica o sujeito passivo dispensado de cumprir as obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso;
 - c) não fica o sujeito passivo dispensado de cumprir as obrigações, principais ou acessórias, cujo o crédito seja suspenso;
 - d) fica o sujeito passivo dispensado de cumprir as obrigações tributárias, apenas durante o prazo de suspensão.

54. Extinguem o crédito tributário, **exceto**:
- a) a prescrição e a decadência;
 - b) a conversão do depósito em renda;
 - c) a consignação em pagamento, nos termos do disposto no parágrafo 2º do art.164;
 - d) a decisão judicial proferida por tribunais superiores.
55. Assinale a opção **incorreta**.
- Somente a lei pode estabelecer:
- a) a instituição de tributos;
 - b) a definição do fato gerador da obrigação tributária principal;
 - c) as hipóteses de suspensão de créditos tributários;
 - d) a alteração de alíquotas de todos os impostos federais.

DIREITO INTERNACIONAL

56. São características de uma zona de livre comércio:
- a) eliminação e ou redução de taxas aduaneiras e restrições ao intercâmbio;
 - b) estabelecimento de uma tarifa externa comum;
 - c) livre circulação de pessoas, serviços, bens, mercadorias e capitais;
 - d) estabelecimento de um sistema monetário comum.
57. Para que uma sentença estrangeira seja cumprida no Brasil, impõem-se que a mesma seja homologada e receba o exequatur do:
- a) Senado Federal;
 - b) Ministério da Justiça;
 - c) Supremo Tribunal Federal;
 - d) Ministério das Relações Exteriores.

ESTATUTO DA OAB / CÓDIGO DE ÉTICA

58. Assinale a alternativa incorreta. Na relação cliente advogado, o Código de ética estabelece:
- a) o advogado deve informar ao cliente de forma clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão, e das conseqüências que poderão advir da

- demanda;
- b) concluída a causa ou arquivado o processo, pressumem-se o cumprimento e a cessação do mandato outorgado ao advogado;
 - c) o advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, salvo por motivo justo ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis;
 - d) os advogados integrantes da mesma sociedade profissional, ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca, podem representar em juízo clientes com interesses opostos, desde que seja a procuração individual.

59. Nas proposições abaixo, assinale a **correta**:

- a) o advogado ao postular em nome de terceiros, contra ex-cliente ou ex-empregador; judicial e extrajudicialmente, não precisa resguardar o segredo profissional e as informações reservadas que lhe tenham sido confiadas;
- b) é direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, considerando sua própria opinião sobre a culpa do acusado;
- c) é defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente;
- d) o substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, é ato do advogado da causa em comum acordo com o cliente.

60. Nas proposições abaixo, assinale a **incorreta**:

- a) cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina, do Conselho Subseccional onde o advogado for inscrito, julgar os processos disciplinares contra o mesmo;
- b) o processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer pessoa interessada ou de autoridade;
- c) todos os prazos necessários à manifestações de advogado, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, inclusive para interposição de recurso;
- d) constitui infração disciplinar, o advogado deixar de cumprir no prazo estabelecido, determinações emanada do órgão ou autoridade da OAB, em matéria de competência desta, depois de regularmente notificado.

GABARITO

PROVA OBJETIVA - EXAME DE ORDEM

01 - D	21 - D	41 - A
02 - C	22 - C	42 - D
03 - A	23 - C	43 - A
04 - A	24 - B	44 - C
05 - D	25 - D	45 - B

06 - B
07 - B
08 - B
09 - C
10 - B
11 - A
12 - C
13 - A
14 - C
15 - A
16 - B
17 - C
18 - A
19 - D
20 - C

26 - A
27 - C
28 - C
29 - A
30 - B
31 - A
32 - B
33 - C
34 - D
35 - D
36 - D
37 - B
38 - C
39 - D
40 - C

46 - A
47 - A
48 - C
49 - C
50 - A
51 - A
52 - A
53 - A
54 - D
55 - D
56 - A
57 - C
58 - D
59 - A
60 - A

BOA SORTE!

